

Do Sertão aos Pampas

O território da literatura nacional no século XX

Regina Araújo



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/347>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.347

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Edição impressa

Data de publicação: 1 Janeiro 2003

ISSN: 1519-1265

Referência eletrónica

Regina Araújo, « Do Sertão aos Pampas », *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/347> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.347

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Do Sertão aos Pampas

O território da literatura nacional no século XX¹

Regina Araújo

A literatura nacional que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para esse solo virgem como uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização? (...) Sobretudo compreendem os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que vai se esboçando no viver do povo.

José de Alencar (prefácio de *Sonhos D'Ouro*, 1872)

- 1 Na tradição cultural brasileira, desde o século XIX, o pensamento social é marcado pela busca por uma continuidade de problemas e reflexões cristalizada no problema fundamental da “formação”. O filósofo Paulo Eduardo Arantes notou com acerto que essa idéia marca o conjunto da experiência intelectual brasileira:

Salvo em casos flagrantes de auto-engano deliberado, todo intelectual brasileiro minimamente atento às singularidades de um quadro social que lhe rouba o fôlego especulativo sabe o quanto pesa a ausência de linhas evolutivas a que se costuma dar o nome de formação. Que se trata de verdadeira obsessão nacional dá testemunho a insistente recorrência do termo nos principais títulos de ensaística de explicação do caso brasileiro: “Formação do Brasil Contemporâneo”, “Formação Política do Brasil”, “Formação econômica do Brasil”, “Formação do Patronato Político Brasileiro”, etc, – sem contar que a mesma palavra emblemática designa igualmente o assunto real dos clássicos que não a trazem enfatizada no título, como “Casa Grande e Senzala” e “Raízes do Brasil” (Arantes, 1977: 11).

- 2 As obras citadas por Paulo Arantes em seu ensaio sobre a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antônio Cândido, têm em comum, além da reconhecida importância para a cultura brasileira como um todo e para as disciplinas nas quais concentraram seus esforços de pesquisa, o fato de terem pensado a questão da *formação* no Brasil para além dos limites rígidos da especialização acadêmica tradicional. O objeto tratado por todos esses textos, a própria especificidade do pensamento sobre e no Brasil, impôs um método de investigação que fez explodir as habituais distinções de competência. Assim, Sérgio Buarque de Hollanda, Antônio Cândido e Gilberto Freire, por exemplo, aliam conhecimentos de história, literatura, sociologia e geografia para iluminar problemas que necessitam dessa múltipla relação para serem corretamente configurados e entendidos.
- 3 A literatura brasileira incorpora em várias de suas obras mais relevantes elementos de interpretação histórica e geográfica do país em formação. Apropriada pela crítica literária, a idéia de “formação” ganha eficácia explicativa em duas direções, aparentemente opostas, mas na realidade complementares: a literatura, ao mesmo tempo, é formada e transforma o chão social, cultural, histórico e geográfico sobre o qual nasceu, e que lhe conforma organicidade e sentido. É formada, pois incorpora problemas de seu tempo e de seu espaço; transforma, pois cria e cimenta identidades locais, regionais e nacionais, impondo-se como representação coletiva que funda práticas e vínculos culturais e sociais. Nesse sentido, o livro de Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, tem por objetivo apresentar a “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura” (Candido, 1981 vol. I: 25) em uma perspectiva sistêmica e cumulativa, como constitutiva da “formação” paralela e inter-relacionada da literatura e da nação brasileiras.
- 4 No Brasil a consolidação do Estado e da nação foi um processo longo e conturbado, no qual a base territorial serviu muitas vezes como parâmetro da unidade necessária à constituição do sentimento de nacionalidade. O território foi assim um componente essencial no processo de consolidação do sistema político e simbólico capaz de legitimar uma lealdade nacional que garantisse a unidade do império.
- 5 Ainda que efetivamente a história e geografia tenham ocupado um lugar de destaque na emergência de uma *metafísica do território*, sobre a qual se erguem as histórias nacionais que legitimam os Estados Nacionais, é certo que o imaginário territorial, ou melhor dizendo, a produção simbólica do território, deriva de múltiplas fontes. Franco Moretti, em seu *Atlas of the European Novel* traz essa reflexão para o campo das relações entre geografia e literatura, destacando a importância do romance na constituição do Estado nacional:

Bem, o Estado nacional (...) inventou o romance. E vice-versa: o romance inventou o Estado nacional. Sendo a única forma simbólica que poderia representá-lo, o romance tornou-se um componente essencial de nossa cultura moderna. Alguns Estados nacionais (notadamente a Grã-Bretanha e a França) já existiam, é claro, muito antes da ascensão do romance: mas como Estados nacionais “potenciais”, eu diria, e não reais. Eles tinham uma corte, uma dinastia, uma marinha, algum tipo de rede de coleta de impostos – mas dificilmente poderiam ser vistos como sistemas integrados: ainda eram fragmentados em diversos circuitos locais, onde o elemento estritamente ‘nacional’ ainda não havia afetado a existência cotidiana. Mas próximo ao final do século XVIII, uma série de processos passaram a ocorrer que literalmente arrancou os seres humanos de sua dimensão local, jogando-os em uma dimensão muito maior. Charles Tilly fala de um novo valor para esse período – ‘lealdade nacional’ – que o Estado tenta forçar e impor contra as ‘lealdades locais’. Acredito que ele esteja certo, o choque da lealdade antiga com essa nova lealdade

mostra também o quanto o Estado nacional era, inicialmente, um problema: um domínio mais amplo, mais abstrato, mais enigmático – que precisava de uma nova forma simbólica para ser entendido (Moretti, 1998: 17).

- 6 Para Moretti, a forma do romance moderno é, portanto, um componente essencial da produção simbólica do Estado nacional, na medida em que esse passa a ser o horizonte de novas identidades coletivas, em processo de formação. A relevância da produção de uma atlas da literatura, no qual são mapeados os cenários dos romances selecionados e o deslocamento de seus principais personagens, está ancorada nessa idéia chave.
- 7 Mas as análises de Moretti vão além da mera localização e descrição de cenários literários. A geografia, segundo ele, molda inclusive a estrutura narrativa e o gênero do romance europeu: “... a geografia não é um recipiente inerte, não é uma caixa onde a história cultural ‘acontece’, mas uma força ativa, que perpassa o campo literário e o forma profundamente” (Moretti, 1998: 3). Enquanto nos romances sentimentais a ação girava em torno das capitais e de regiões fortemente integradas dos espaços nacionais, os romances históricos europeus mais importantes escritos no século XIX foram ambientados nas regiões de fronteira, criando heróis nacionais que viveriam as tensões e disputas territoriais que marcaram o período.
- 8 O trabalho de Moretti usa intensivamente a cartografia para analisar a relação entre literatura e geografia, investigada a partir de três grandes chaves interpretativas. A primeira, já exposta, investiga o paralelismo entre a formação de literatura nacionais, enquanto produção de espaços simbólicos, e a formação dos territórios nacionais. Os romances históricos constituem, assim, uma verdadeira *fenomenologia das fronteiras* européias, assunto que interessa particularmente aos geógrafos. Na segunda parte, centrada nos estudos dos romances urbanos produzidos no século XIX, Moretti aborda a representação das cidades na tradição literária européia, analisando o modo por meio do qual os principais autores do período, através de seus personagens, reconstruem as tensões sociais que marcam a sociabilidade urbana. De fato, os mapas urbanos elaborados por Moretti a partir das descrições e deslocamentos presentes nos romances iluminam aspectos surpreendentes tanto das obras literárias quanto das cidades nas quais se passa a ação. Finalmente, também as teorias da recepção ganham uma dimensão geográfica. Por meio da geografia das publicações, traduções e bibliotecas e de seu mapeamento sistemático, Moretti apresenta a difusão das representações simbólicas elaboradas pelos romances europeus no espaço mundial e seu alcance no imaginário coletivo.
- 9 Nessa perspectiva, as relações entre literatura e geografia, mediadas pela história, se tornam essenciais para o entendimento da problemática da formação do Estado nacional, que subjaz, como já foi dito, ao conceito mais geral de formação.
- 10 Ainda que perseguindo objetivos diferentes, também o meu trabalho de mestrado investigou essas relações. Em *No meio da multidão: a geografia de Mário de Andrade*, dissertação defendida em 1992, procurei demonstrar como os dilemas e problemas enfrentados pelo escritor, na tentativa de expressar a genuína nação brasileira em suas obras, eram revestidos de um forte componente geográfico. A busca pelas raízes constitutivas de uma imagem dicotômica do território brasileiro, traduzida em ritmos e espaços assintonizados, constituiu a chave da investigação. Como resultado, demonstrei que as dicotomias entre cidade e campo, entre o nacional e o estrangeiro e entre as realidades regionais informam a estranha geografia de Mário de Andrade:

Dois rios sintetizam simbolicamente esta geografia. O Amazonas, associado à idéia de contemplação, de um ritmo de vida que, em consonância com os calores

amazônicos, tivesse lugar para o ócio e a preguiça, e o Tietê, espelhando em suas águas uma cidade já dominada pela máquina, pela velocidade derivada do ritmo da produção industrial. Dois rios, dois tempos, dois ritmos a serem fundidos numa miríade de particularidades regionais: teriam como resultante uma cultura e uma civilização genuinamente nacionais (Araújo, 1992: 7).

11 Nesse sentido, a relação de Mário de Andrade com o tempo e com o espaço é contraditória em sua essência. Esta contradição reside na coexistência de um sentimento nostálgico e de uma ansiedade com relação ao futuro, contradição que se reveste de uma dimensão geográfica na medida em que se traduz em uma oposição entre espaços simbólicos singulares. Se o sentimento nostálgico, no sentido aqui expresso, finca raízes nas imagens amazônicas, a ansiedade do futuro faz de São Paulo um dos grandes motes temáticos do poeta. O imperativo nacional ganha em Mário de Andrade contornos originais: construir a nação torna-se, antes de tudo, um exercício de fusão desses ritmos e espaços descompassados. Em *Macunaíma*, indiscutivelmente sua obra capital, Mário de Andrade promove essa fusão por meio das corridas panorâmicas do personagem central – ‘o herói sem nenhum caráter’ – pelo território nacional em busca de sua muiraquitã e da mistura de elementos folclóricos oriundos nas mais diferentes realidades regionais. A força dessa simbologia nacional, desgeografizada e atemporal, e a busca de uma identidade própria que ela corporifica, ainda pulsa nos trabalhos que investigam a realidade brasileira contemporânea.²

12 Mas essa preocupação em constituir e expressar um sentimento nacional não foi inventada pelos modernistas. Ela surge com a própria questão nacional, no seio do romantismo. Roberto Schwarz estabelece, nesse sentido, a continuidade de problemas entre José de Alencar e o Modernismo:

A sua obra é uma das minas da literatura brasileira, até hoje, e embora não pareça tem continuidades no Modernismo. De Iracema, alguma coisa veio até o *Macunaíma*: as andanças que entrelaçam as aventuras, **o corpo geográfico do país**, a matéria mitológica, a toponímia índia e a História branca; alguma coisa do Grande Sertão já existia em Til, no ritmo das façanhas de João Fera (Schwartz, 1981: 31; grifo meu).

13 Desde a sua primeira geração, o movimento romântico brasileiro é o modelo mais importante daquele “*caráter empenhado*” que Antonio Cândido ressaltou como marca da literatura nacional (Candido, 1981 vol. I: 26-27). A elite intelectual se confundia, então, com a elite política do país. Os escritores do período tinham intensa participação na vida pública, e as revistas literárias por eles fundadas, como a importante *Niterói*, eram também veículos de projetos políticos nacionalistas. A independência, como comenta Antonio Cândido, desenvolveu na poesia, e principalmente no teatro e no romance, o entusiasmo patriótico: “*a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação*” (id., ibid. vol. II: 10). É por isso que, no romantismo brasileiro, o romance contrabalança a tendência lírica e introspectiva da poesia da época com um olhar atento à realidade nacional e uma tentativa de descrição das particularidades da paisagem, dos costumes tradicionais e da vida urbana do país em formação. Na expressão de Luis Felipe de Alencastro, a literatura romântica brasileira “*escapa aos cânones literários habituais para englobar todas as formas de expressão do ‘espírito nacional’*” (Alencastro, 1989: 11).

14 A aclimação das idéias românticas européias, é preciso lembrar, não teve uma participação decisiva no processo de Independência, ocorrida antes mesmo da importação do ideal romântico pelos jovens brasileiros que iam estudar em Paris. É na constituição da

nacionalidade no período do império que o romantismo brasileiro exerce sua maior influência. Nesse sentido, a própria consciência do caráter nacional já confere uma nova cor aos temas principais do romantismo europeu: a imagem idealizada da Idade Média é substituída pela América anterior à conquista; as sagas e canções de gesta têm agora como personagens os indígenas nativos. O indianismo, primeira figura do romantismo brasileiro, tem assim um caráter alegórico de expressão da nacionalidade americana. Não por acaso o nome Iracema é uma reorganização das letras presentes na palavra “América”. O índio, opondo-se simbolicamente ao colonizador, apresenta literariamente a nacionalidade em formação, que deseja se opor às idéias estrangeiras, ao mesmo tempo em que as recebe e muda seu sentido.

- 15 Essa incorporação do espírito nacionalista, presente desde o início do movimento na Europa, fez com que o romantismo brasileiro logo buscasse configurar sua especificidade regional e nacional. Mas aqui os intelectuais românticos enfrentavam um enorme problema: ainda não havia uma nação para ser representada. Assim, o romance nacional dá lugar aos primeiros romances regionalistas românticos. A unidade do império precisa ser afirmada a partir da diversidade de paisagens e tipos. O romance não poderia ficar alheio a essa tarefa. Entre os escritores mais importantes do movimento romântico, José de Alencar e Bernardo Guimarães são os que mais se “empenharam” em buscar essa construção simbólica do território. Um problema que, como ressalta Antonio Cândido era visto como fundamental pela elite do país logo após a independência:

A sociedade que deparava era pouco complexa: o país, pouco conhecido, com núcleos de populações esparsos e isolados. A literatura ainda não havia, com Alencar e Bernardo, se atirado à conquista do Norte, do Sul e do Oeste: a sua geografia não conhecia mais que a pequena mancha fluminense de Teixeira e Sousa e Macedo (Candido, 1981 vol. II: 216).

- 16 Em romances como *O Gaúcho* (1870), *As Minas de Prata* (1870), *O tronco do Ipê* (1871), *Ubirajara* (1874) e *O Sertanejo* (1875), José de Alencar efetua a descrição das paisagens, da vida e do homem de regiões distantes da “mancha fluminense” de que fala Cândido. O “sertanismo” surge dessa necessidade de apropriação literária das regiões afastadas da Corte e do litoral brasileiros, no sentido de estabelecer a unidade da nação. Por isso é necessário estar atento ao equívoco da qualificação desses romances como “regionalistas” em sentido estrito. Como comenta Gomes de Almeida:

Inexiste em Alencar, como nos românticos em geral, o sentido particularista que caracteriza o regionalismo. A dimensão nacionalista está sempre em primeiro plano, em função das exigências mesmas do momento histórico que o Brasil então atravessava (Almeida, 1999: 55).

- 17 Na célebre polêmica com Joaquim Nabuco, Alencar defendeu sua posição literária e política contra o cosmopolitismo universalista do jurista de formação francesa: “*Que idéia faz este senhor de literatura, e sobretudo de literatura nacional! Acaso está ele convencido de que a arte e a poesia podem existir em um estado de completa abstração da sociedade em cujo seio se formam?*” (Alencar, 1965: 121). A literatura deveria ser pensada não apenas como parte constituinte da sociedade nacional, mas também como meio de retratar suas peculiaridades, dando concretude (ainda que literária) a seus símbolos e anseios. O credo poético de Alencar, presidente da província do Ceará, deputado, senador, ministro da Justiça, se traduz em uma obra de forte teor nacionalista, que inclusive redefine o próprio sentido do regionalismo: “*O regionalismo romântico é menos ‘regionalista’ do que aparenta. A intenção do autor não é, como nos ficcionistas da fase realista, ressaltar os elementos diferenciais que fazem desta ou daquela região uma unidade cultural peculiar dentro do país, mas, antes,*

através do engrandecimento de um tipo regional, erigir um mito de significado nacional” (Almeida, 1999: 61). Em um contexto de possível desagregação do império, a unidade nacional retratada literariamente constituía um dos elementos da “imaginação” necessária ao desenvolvimento e propagação, nas elites e camadas médias, do sentimento de nacionalidade.

- 18 Em Alencar, assistimos ao “*advento do herói*” (Candido, 1981 vol. II: 223) moderno na literatura brasileira. Os heróis dos romances sertanistas de Alencar, descritos em sua relação com o “solo da pátria”, não são, entretanto, a imagem de um tipo abstrato ou meras construções alegóricas, mas caracterizações idealizadas das melhores qualidades do brasileiro que vive no interior do país, forjado em seu caráter pela natureza americana. A intenção nacionalista da criação desses heróis fica evidente na discussão de Alencar com autores que não valorizavam, em suas obras literárias de cunho histórico, o componente didático inerente à representação das poucas figuras fundamentais da nação: “*Responda-me agora, meu amigo, se eu tinha ou não razão em dizer-lhe que era impróprio de um poeta arrancar do pó e das ruínas do passado esses bustos nacionais para amesquinhá-los e fazê-los descer do pedestal que a história os colocou*” (Alencar, 1959 vol. IV: 895). A tarefa da literatura, no processo de formação do país, era justamente a de aliar-se à história na exaltação das qualidades do povo brasileiro, reunidas não apenas em seus líderes e personagens mais importantes, mas também nos heróis anônimos que os romances idealizavam.
- 19 Mas a relação do herói com as diversas paisagens da pátria ia além da mera descrição. Em *O sertanejo*, por exemplo, não é apenas o vaqueiro o personagem principal, mas o próprio sertão. Não como mera paisagem, mas como imagem mítica do solo nacional americano, ao mesmo tempo rico e ameaçador, cheio de segredos e encantos, em tudo diferente ao já completamente conhecido e dominado território europeu. A inspiração necessária à criação de uma literatura nacional deveria se espelhar na riqueza do território, justamente para representá-la artisticamente, e assim cumprir seu papel de “formadora” ao insuflar o sentimento de orgulho nacional em cada um leitores: “*Brasil, minha pátria, por que com tantas riquezas que possuis em teu seio, não dás ao gênio de um dos teus filhos todo reflexo de tua luz e de tua beleza? Por que não lhes dás as cores de tua palheta, a forma graciosa de tuas flores, a harmonia das auras da tarde? Por que não arrancas das asas de um dos teus pássaros mais garridos a pena do poeta que deve cantar-te?*” (Alencar, 1959 vol. IV: 865). A base da imaginação necessária à união da “comunidade imaginária” (Anderson, 1989) é constituída pelas características, reais e virtuais, do território.
- 20 Essa valorização da especificidade da paisagem brasileira não tinha apenas uma função documental (como ocorria nos relatos dos cientistas viajantes do início do século XIX), mas era parte fundamental do esforço de dotar a jovem nação de uma épica própria. Nesse sentido, a natureza brasileira precisava ser valorizada, para os próprios brasileiros, diante da idealização romântica da natureza européia, presente nos livros mais lidos da época. Alencar seria assim o precursor do tropicalismo, tal como este era entendido por Gilberto Freyre:

O que lhe repugnava era a idéia de alguns sofisticados de não ser a natureza brasileira – ou a natureza tropical do Brasil – ‘bastante rica para criar ela só uma epopéia’. Alencar – se bem o interpreto – enxergava nessa atitude simples incapacidade de verem alguns europeus ou sub-europeus valores épicos naqueles elementos de natureza, de vida e de cultura não consagrados ou aristocratizados pelas tradições literárias da Europa. Entretanto, Bernardim de Saint-Pierre soubera ‘dar poesia a uma coisa que nós consideramos como tão vulgar’: a bananeira. Eram

tropicalíssimas bananeiras que cresciam perto da choupana de Paulo e Virgínia ‘abrindo seus leques verdes às auras da tarde’. No Brasil, como as bananeiras crescessem ‘ordinariamente entre montões de cisco, em qualquer quintal da cidade’, ninguém descobria nelas – reparava Alencar – encanto algum, mas somente aspectos ridículos (Freyre, 1967 vol. V: xxv).

21 A proximidade, justamente, era a causa da ambígua distância que o romance regionalista de Alencar pretendia superar. Ao público leitor, em sua enorme maioria urbano, eram apresentadas as características da natureza recém conquistada pelos desbravadores do sertão. Assim, o próprio sentido da glorificação romântica da natureza sucumbe aos desígnios do nacionalismo engajado. A natureza, ao se opor à cultura da cidade, opõe também uma dimensão autêntica do “ser brasileiro” à afetação cosmopolita da Corte.

22 Em *O gaúcho*, “romance histórico brasileiro” escrito em 1870 que tem como pano de fundo a Revolução Farroupilha, o impulso nacionalista pode até mesmo superar as dificuldades enfrentadas pelo autor para a descrição da paisagem dos pampas, onde se passa o romance. A afirmação da especificidade regional é descrita no contexto mais amplo da constituição de uma “família”, que no decorrer da revolução terá de fazer valer seus laços mais profundos de parentesco com a grande nação brasileira:

Cada região da terra tem uma alma sua, raio criador que lhes imprime o cunho da originalidade. A natureza infiltra em todos os seres que ela gera e nutre aquela seiva própria; e forma assim uma família na grande sociedade universal (Alencar, 1967 vol. IV: 5).

23 Mas a unidade política, embora baseada na comunhão do território, precisa ser respeitada e cultivada pelo poder central do império. O confronto das elites regionais com a frágil regência da Corte gera tensões capazes de ameaçar a integridade nacional. Nesses casos, o abuso é sempre, no entender de Alencar, da arrogância da Corte, incapaz de sentir e ouvir os anseios das províncias. Em *O gaúcho*, a ameaça de separação é enunciada a partir do exemplo da independência uruguaia:

– Já se esqueceu do levante de Montevideú?

– Não vejo crime em libertar um homem sua pátria, acudiu o Lucas Fernandes. Fez ele muito bem, e nós cá não estamos muito longe de seguir o mesmo caminho. As coisas vão mal: o governo do Rio não dá importância aos homens da província. Já não demitiram o coronel porque têm medo (id., ibid.: 12).

24 Como no romance histórico europeu, a unidade nacional também se consolida literariamente na reconstituição de um conflito de fronteiras. Mas no caso de *O gaúcho*, a referência ao “outro” serve também como espelho para a crítica das relações entre o poder central e as províncias. A “unidade nacional” reconstruída no romance deve ser também consequência do reconhecimento, por parte do poder central, das diversidades e autonomias inerentes à integridade política do império. Reconstruindo o encontro entre Bento Gonçalves e o líder revolucionário uruguaio Juan Lavalleja, o romance de Alencar mostra como este incita o líder gaúcho à separação, algo que de fato aconteceu nos anos seguintes à independência da província cisplatina:

Caramba! No momento em que Bento Gonçalves quiser, o Rio Grande do Sul será um Estado independente como a Banda Oriental. Está bem claro agora? Para arrancar minha pátria ao jugo do império bastaram trinta e três heróis; bem sei que um deles era d. Juan Lavalleja. O senhor que tem por si toda a campanha, deixa-se aqui ficar repousado, a chupitar seu mate como uma velha; e pica-se porque lhe digo que não é um homem. Mas decerto que não o é. Minha mulher, Dona Ana Monteroso, teria vergonha de praticar semelhante fraqueza; ainda que é mulher de quem é, todavia... (id., ibid.: 15).

- 25 Ao que Bento Gonçalves, surpreendentemente afável depois de tão duras críticas, retruca com segurança: “Sou brasileiro; nasci cidadão do império; e assim hei de viver enquanto houver liberdade em meu país; porque para mim a liberdade não é uma burla para enganar o povo, mas o primeiro bem, que não se perde sem desonra e não se tira sem traição. Quando eu me convencer que, para ser livre, é preciso deixar de ser imperialista, não careço que ninguém me lembre o que me cabe fazer” (id., *ibid.*: 15). Mas os conflitos eclodem, com a demissão de Bento Gonçalves, comentada da seguinte maneira pelo narrador, que olha os fatos da perspectiva histórica de quem escreve três décadas após o confronto: “Não foi unicamente um crime político, um atentado à integridade do império, foi mais do que isso: foi um grande erro que felizmente não se consumou. A separação do Rio Grande seria um sacrifício de sua nacionalidade que brevemente seria absorvida, senão aniquilada pela anarquia das repúblicas platinas. Não se decepa um membro para dar-lhe força” (id., *ibid.*: 76). O corpo da pátria deveria manter sua integridade, mas para isso a força e importância de seus membros deveria ser valorizada, e não menosprezada.
- 26 O tema fundamental da relação entre o poder da Corte e as províncias está presente também nos escritos políticos de Alencar, principalmente nas Cartas de Erasmo e nas duas obras em que condensou sua atividade parlamentar: O sistema representativo, de 1868; e a reprodução de um debate sobre a reforma eleitoral, em 1874. As duras críticas à burocracia da Corte e à ânsia centralizadora de D. Pedro II estão baseadas na defesa de um sistema federativo representativo que garanta a voz das elites regionais (das quais o cearense Alencar era um evidente representante): “Residindo a soberania solidariamente em toda a nação e formando-se da consubstanciação de todas as opiniões que agitam o povo, é evidente que um país só estará representado quando seus elementos integrantes o estiverem na justa proporção das forças e intensidade de cada um. É essencial à legitimidade dessa instituição que ela concentre todo o país no parlamento, sem exclusão de uma fração qualquer da opinião pública” (Alencar, 1991: 36). A “liberdade”, expressa pelos personagens do romance de Alencar, é a condição para a unidade.
- 27 Mas essa luta pela liberdade também está incrustada na memória territorial da região de fronteira que é o Rio Grande do Sul: “Cruzando a coxilha grande, que atravessa a província de São Pedro, se alonga a serra do mar, como a bossa granítica daquele espinhaço. Ao norte ficam as altas regiões, as chapadas da montanha; ao sul dilata-se a imensa campanha que vai morrer nas margens do Uruguai e do Paraná. Estas vastas Campinas, que se desdobram pelas abas da coxilha grande, são como as páginas de um capítulo da história do Brasil. O dorso da coxilha é o lombo do livro; as folhas espalmam-se de um e outro lado. Aí escreveram as armas brasileiras muita coisa admirável: grandes feitos combates gloriosos, brilhantes painéis em rude tela” (Alencar, 1967: 81). A paisagem como símbolo da identidade nacional conquistada de maneira heróica, a delimitação de “lugares simbólicos” que possam dar concretude ao sentimento de pertencimento à nação, estes pontos clássicos do debate sobre a questão nacional estão aqui presentes no mais alto grau, pois a imagem da natureza como um livro no qual a nação escreve sua história é justamente representada em uma obra fundamental do esforço de consolidação de uma literatura capaz de incorporar as “cores da pátria”. Descrever a natureza e a paisagem é ao mesmo tempo unir os habitantes do território por uma história comum, que no caso do Brasil tem de ser lembrada e construída pelo esforço engajado da geração romântica.
- 28 Por isso a descrição das paisagens e heróis regionais invoca a unidade construída em oposição ao europeu e aos povos de língua espanhola. Na comparação que se pode fazer

entre os dois vaqueiros retratados por Alencar, o do nordeste e o do sul, fica claro que ambos são o resultado desse contato com o solo nativo da pátria, que consolida tipos nacionais distintos, mas unidos pelo sentimento do “pertencimento” a uma mesma nação em formação. O crítico Mário Casasanta, em um ensaio sugestivamente intitulado Alencar – um formador de brasileiros comenta o sentido nacional presente no escritor:

Além de dar-nos a conhecer a sua gente brava, esperta, desembaraçada, desassombrada e atuante, José de Alencar comunicou-nos a paixão de nossas coisas e de nossa gente. É um autor propositadamente nacional, e, por isso mesmo, uma força nacionalizadora (Casasanta, 1967: xi).

- 29 Mas como essa força nacionalizadora baseava-se fundamentalmente na criação de uma imagem literária da unidade histórica e geográfica nacional, a paisagem em Alencar está submetida à uma composição de caráter simbólico e épico. Pouco a pouco, entretanto, o espírito romântico vai sendo criticado pela nova geração. Entre esses dois mundos está o juiz Bernardo Guimarães, que aproveitou sua nomeação para cidades no sul de Goiás e no interior de Minas Gerais para descrever literariamente, pela primeira vez, o costume e as terras desta região do Brasil. Nos romances *O Ermitão do Muquém*, *O Garimpeiro*, *O Índio Afonso* e *A filha do fazendeiro* o impulso nacionalista romântico encontra o espírito determinista do naturalismo recém importado. O resultado é uma atenção à paisagem que supera a mera descrição e caminha no sentido de uma interpretação das particularidades regionais, que prosseguirá no regionalismo (em sentido preciso) de Franklin Távora.
- 30 O sentido do regionalismo desses romancistas ultrapassa o campo puramente literário. Mais uma vez é preciso citar as peculiaridades históricas e geográficas da formação econômica e territorial do Brasil para entender as disparidades sociais e políticas configuradas na literatura regionalista. Antonio Cândido, ao tratar do assunto, lembra que “*A unidade política, preservada às vezes por circunstâncias quase miraculosas, pode fazer esquecer a diversidade que presidiu à formação e desenvolvimento de nossa cultura. A colonização se processou em núcleos separados, praticamente isolados entre si: o desenvolvimento econômico e a evolução social foram, assim, bastante heterogêneos, consideradas as diferentes regiões*” (Candido, 1981 vol. II: 298).
- 31 Com os escritores nordestinos agrupados em torno de Franklin Távora surge uma nova dinâmica no interior da configuração simbólica do território. Se em Alencar o objetivo era frisar a unidade nacional em meio à diversidade de terras e gentes, em Távora a perda relativa da importância política das elites nordestinas encontra expressão na exaltação da particularidade regional, no culto à cana e na lembrança do passado heróico, onde a nacionalidade incipiente se debateu contra os invasores franceses e holandeses. O romantismo cede à observação cientificista, e Távora condena Alencar por não ter observado *in loco* os cenários de seus romances: “*Por que não foi ao Rio Grande do Sul, antes de haver escrito o seu Gaúcho?*”. O objetivo de Távora é a “*exatidão daguerreotípica*”, o instantâneo da paisagem a ser conhecida e retratada literariamente: “*A natureza em primeiro lugar e depois complexa e completa observação – eis os dois elementos, as duas possantes asas do gênio*”. A obra de Távora já é um reflexo da introdução de um novo “*enxame de idéias*” (nas palavras de Machado de Assis), o Naturalismo que aqui chega junto com o Realismo (embora na França esses dois movimentos tenham ocorrido em momentos distintos).
- 32 Mas além desses “*influxos externos*”, a própria evolução da sociedade e do Estado brasileiros explicam esse novo sentido do regionalismo. A partir da década de 1870, o Estado nacional consolidado tem de enfrentar novamente as pressões regionais, que

atuam não mais no sentido de colocar em risco uma unidade nacional duramente conquistada (política e simbolicamente), mas de ressaltar, na descrição e mesmo exaltação das diferenças culturais e geográficas, a luta pelo poder entre as elites regionais.

- 33 O regionalismo de Távora pode ser entendido justamente como uma resposta à perda de importância relativa de Pernambuco no cenário político e econômico nacional. A unidade da nação estava garantida, mas ao custo de uma centralização forçada, tanto política quanto economicamente, na Corte do Rio de Janeiro. Diante desse panorama, os romances históricos de Távora glorificavam a importância de Pernambuco na formação da unidade nacional, ao mesmo tempo em que suas pesquisas também geravam uma reavaliação do papel atribuído à província pelos historiadores “oficiais” do império.
- 34 Em 1880, Franklin Távora se candidata a sócio do Instituto Histórico e Geográfico. Apesar de todo o seu empenho científico, a obra histórica de Távora é avaliada negativamente em um parecer da comissão de história do Instituto (IHGB, 1880: 402-404), que questiona basicamente dois pontos caros aos historiadores da época. Em primeiro lugar o fato de o estilo de Távora, mesmo em seus trabalhos científicos, se assemelhar ao de um “narrador”; em segundo lugar, por suas contundentes críticas a Varnhagen, que havia sido uma figura de importância crucial para a consolidação do Instituto. Em seu estudo sobre Távora, Cláudio Aguiar argumenta que a crítica a Varnhagen fazia parte justamente do esforço de valorização da revolução de 1817, duramente criticada, retrospectivamente, pelos historiadores do império (Aguiar, 1997).
- 35 Apesar das pesadas ressalvas, a candidatura de Távora é aprovada, não tanto pelo ensaio histórico, mas pelo conjunto da obra literária do autor, considerada uma contribuição importante para a divulgação do “espírito de nacionalidade”, uma vez que “o romance é uma forma mais agradável de transmitir conhecimentos às pessoas menos lidas” (IHGB, 1880: 404). O reconhecimento de que a literatura era uma força poderosa, mesmo em um país “pouco lido”, para a consolidação do sentimento nacional, recupera, em pleno naturalismo, o sentido original do romance histórico de feição romântica, que Moretti analisa como forma maior da “invenção” e da “imaginação” do Estado nacional.
- 36 Em 1882 morrem dois membros ilustres do instituto, que haviam contribuído, com suas obras literárias, para a conquista simbólica do território nacional: Gonçalves de Magalhães e Joaquim Manuel de Macedo. Não por acaso, o escolhido para substituir Macedo no cargo de orador oficial do instituto é outro literato: o próprio Franklin Távora. Duas gerações e duas estéticas literárias diferentes se encontram na continuidade do esforço de construção da unidade simbólica da nação sob o império, mas o universalismo romântico cedia ao regionalismo como motor da constituição geográfica da literatura brasileira: “As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura brasileira, filha da terra.(...) Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infintos, é o sertão de minha terra natal (...) De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhes infundia” (Távora, 1973: 27). Ao contrário do que ocorria em Alencar e nos românticos, a perda desse encanto natural não era lamentada, porque a colonização e o progresso atribuiria um novo sentido ao território, garantindo assim um novo sentido para a consolidação do Estado e da nação brasileiras.
- 37 No prefácio que escreveu ao romance *Sonhos D'Ouro*, de 1872, José de Alencar descreve as três fases da formação da literatura nacional, considerada, como vimos na epígrafe retirada desse mesmo texto, a “alma da pátria”. Também nessa reconstituição ao mesmo

tempo histórica, programática e pessoal encontramos em várias passagens a imagem do território como fundamento do princípio de consolidação do sentimento da nação. A clareza com que está questão é explicitada justifica a longa transcrição de um destes trechos:

O período orgânico deste literatura conta já com três fases. A primitiva, que se pode chamar aborígene, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalarão a infância do povo e ele escutava como o filho a quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou. “Iracema” pertence a essa literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda – **alma mater**, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam. O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele receberia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido. Ao aconchego desta pujante criação, a tempera se apura, toma alas a fantasia, a linguagem se impregna de módulos mais suaves; formam-se outros costumes, e uma existência nova, pautada por diverso clima, vai surgindo. É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a independência. A ele pertencem o “Guarani” e as “Minas de Prata”. Há aí muita e boa messe a colher para o nosso romance histórico; mas não exótico e raquítico como se propôs a ensiná-lo, a nós, beócios, um escritor português.³ A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço. (...) Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sinete todo brasileiro. Há, não somente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na Corte, desses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado. “O Tronco do Ipê”, “O Til” e “O Gaúcho”, vieram dali, embora, no primeiro, se note já, devido à proximidade da Corte e à data mais recente, a influência da nova cidade, que de dia em dia se modifica e se repassa do espírito forasteiro (Alencar, 1967b: 165-166).

- 38 Távora e a nova geração realista fazem parte de uma nova fase da literatura brasileira, diretamente ligada a um momento em que o Estado já está consolidado e que assiste ao surgimento de novos focos de tensão, republicanos e autonomistas, na complicada teia da unidade nacional. Esta nova fase pode ser entendida, entretanto, como o resultado de uma continuidade de formas e problemas característicos da consolidação do sistema literário nacional pela geração anterior. A memória territorial, submetida às novas narrativas histórico-nacionais, incorpora assim uma nova camada de sentidos.

BIBLIOGRAPHY

AGUIAR, Cláudio (1997). *Franklin Távora e o seu tempo*. São Paulo, Atelier.

ALENCAR, José de (1959). “Ultima Carta”. *Obras completas, vol. IV*. Rio de Janeiro, Aguilar,

- _____. “As quintas IV”. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (1967). “O Gaúcho”. *Romances Ilustrados, vol. IV*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____. (1967b). “Sonhos d’Ouro”. *Romances Ilustrados, vol. VI*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____. (1991). “O sistema representativo”. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos (org.). *Dois escritos democráticos de José de Alencar*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (1989). “Memórias da Balaiada: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. *Revista Novos Estudos* 23. São Paulo, Cebrap.
- ALMEIDA, José Maurício Gomes de (1999). *A tradição regionalista no romance brasileiro*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- ANDERSON, Benedict (1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática.
- ARANTES, Paulo Eduardo (1977). “Providências de um crítico literário da periferia do capitalismo”. In: ARANTES, Otilia e ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da formação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ARAÚJO Regina (1992). *No meio da Multidão: a geografia de Mário de Andrade*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH-USP.
- CÂNDIDO, Antonio (1981). *Formação da literatura Brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- CASASANTA Mario (1967). “Alencar: um formador de brasileiros”. In: *José de Alencar. Romances ilustrados vol. 4*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- FREYRE, Gilberto (1967). “José de Alencar renovador das letras e crítico social”. In: *José de Alencar. Romances Ilustrados vol. V*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- IHGB (1880). *Revista do IHGB tomo XLIII*.
- MORETTI, Franco (1998). *Atlas of the European Novel*. Londres, Verso.
- RICÚPERO, Rubens (1999). “As sereias da globalização”. *Rumos. Os caminhos do Brasil em debate*, nº 2.
- SCHWARZ, Roberto (1981). *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades.
- TÁVORA, Franklin (1973). *Carta-prefácio a O Cabeleira*. Rio de Janeiro, Editora Três.

NOTES

1. Versão ligeiramente modificada do capítulo 5 da tese de doutoramento A formação da memória territorial brasileira (1838-1860), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP em junho de 2001
2. Rubens Ricúpero, por exemplo, recupera Macunaíma para iluminar aspectos cruciais do debate acerca da identidade nacional, atualizado pelas possíveis conseqüências da globalização no plano da cultura e pela contemporaneidade da construção de um projeto de nação: “Em ‘Situação de Macunaíma’, Alfredo Bosi ensina que uma das principais motivações da obra foi ‘o desejo (...) imperioso de pensar o povo brasileiro, nossa gente, percorrendo as trilhas cruzadas ou superpostas da sua existência selvagem, colonial e moderna, à procura de uma identidade que, de tão plural que é, beira a surpresa e a indeterminação: daí ser o herói sem nenhum caráter’. Voltamos, com Macunaíma, ao ponto de partida desta nossa viagem de 500 anos de crise e crescimento, do esforço de criar condições para que se afirme finalmente a identidade brasileira,

que só pode nascer da plena realização do potencial de nossa gente. Não é casual que as raras áreas em que o Brasil se projeta internacionalmente, o futebol e a música popular, sejam as únicas onde as pessoas não necessitam de acesso à educação formal para se distinguir. Por isso só elas apresentam ao mundo o rosto mestiço, sofrido e criativo do nosso povo” (Ricúpero, 1999: 84).

3. Alencar refere-se a Alexandre Herculano.

INDEX

Geographical index: Brasil, Sertão, Pampas

Chronological index: 1870, 1928